

Sistema de Hipoteca Reversa é debatido

Projeto de Vinícius Farah permite que idosos tenham uma nova fonte de renda

O projeto de lei do deputado federal Vinícius Farah que cria o sistema de hipoteca reversa para os idosos, foi debatido nesta segunda-feira pela Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa. O objetivo é que maiores de 60 anos possam vender o imóvel onde residam sem a necessidade de deixá-lo, criando, assim, uma nova fonte de renda. O Projeto de Lei n. 3096/2019 está pronto para votação na Comissão, tendo sido apresentado parecer favorável, em forma de substitutivo, pela relatora deputada Leandre (PV-PR).

Para apresentar o projeto, o deputado estadual Vinícius Farah levou em conta a expectativa de envelhecimento da população, os valores das aposentadorias e gastos dos idosos, sobretudo com a saúde. Ele explica que a hipoteca reversa de bem imóvel complementar a renda obtida por pessoas idosas com aposentadorias e pensões. “Se aprovada, a proposta trará um aumento na renda do idoso que seja proprietário de um bem

imóvel. Ele terá uma renda extra para aumentar sua condição de vida”, defende.

A hipoteca reversa é uma modalidade de direito real de garantia que passou a funcionar na década de 70 nos Estados Unidos e Canadá. Neste modelo, a pessoa transfere seu imóvel para receber determinada importância em dinheiro de uma só vez ou em parcelas periódicas, transação que só será considerada quitada após o falecimento ou alienação do imóvel pelo proprietário. Austrália e Reino Unido já adotam a hipoteca reversa e a Espanha já está em fase de regulamentação da prática.

A projeção é que em 2060 a população acima dos 60 anos será de 73,5 milhões de pessoas, ou seja, quase 34% da população do país projetada para o período. O projeto de lei de Vinícius Farah leva em conta que o Brasil tem hoje pouco mais de 20 milhões de aposentados e que dois, a cada três aposentados, recebem apenas um salário mínimo.

O deputado federal Vinícius



VINÍCIUS FARAH explica que a hipoteca reversa de bem imóvel complementar a renda obtida por pessoas idosas

Farah lembra ainda que a expectativa de vida dos homens é de 73 anos e das mulheres de 80 anos. Desde 1940, a esperança de vida do brasileiro aumentou em 31,1 anos.

“E isso significa um impacto

em gastos principalmente com a saúde, com o idoso precisando manter um plano de saúde, comprar remédios, ter uma alimentação adequada. Esse projeto tem o objetivo de modular um programa de garantia para quem

realmente precisa. E o idoso é, sem sombra de dúvida, quem mais precisa porque trabalhou a vida toda, criou filhos e netos e precisa de segurança financeira para viver com qualidade de vida”, afirma Vinícius Farah.



PROJETO de Eduardo é baseado no manual do Ministério da Saúde

Clareza na vacinação volta a ser assunto na Câmara

A Câmara Municipal voltou a discutir, nesta semana, a respeito da transparência no processo de vacinação contra a covid-19 em Petrópolis. Na pauta de votação estava um veto parcial encaminhado pelo Executivo Municipal a um projeto de lei já aprovado pela Casa, que estabelece a obrigatoriedade da visibilidade do processo de vacinação no município. Os vereadores mantiveram o veto, que agora segue para sanção.

O projeto em questão é de autoria do vereador Eduardo do Blog (REP) e é baseado no Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação do Ministério da Saúde, o qual cria um protocolo de vacinação a ser seguido pelos técnicos que estão trabalhando na linha de frente da campanha.

De acordo com a lei, primeiramente, deve ser apresentada a ampola de vacina com o líquido a ser aplicado. Depois, o técnico deve apresentar a seringa descartável preenchida pelo medicamento para o paciente ou tutor que o acompanha e, finalmente, deverá apresentar a seringa vazia, comprovando a

aplicação. Quando solicitada, a equipe deverá também apresentar o número do lote, a data de validade e o laboratório que produziu a vacina.

O veto apenas retira do texto a obrigação de se jogar fora o recipiente que contém a vacina, pois a prefeitura trabalha com ampolas multidoses, de dez doses em cada frasco, inviabilizando o descarte imediato. “É uma lei que traz mais transparência ao processo de vacinação e vai ajudar a população petropolitana a ter seus direitos garantidos”, comemora Eduardo.

O contexto da criação do projeto se deu há dois meses, quando em 12 de fevereiro, a comunidade petropolitana foi surpreendida com a notícia de que uma idosa recebeu a aplicação da vacina contra o coronavírus de uma seringa vazia, ou seja, sem o medicamento. “Acredito que esse fato obscureceu o processo de vacinação na cidade de Petrópolis e deixou em pânico a população em um momento de fragilidade, por estar enfrentando uma pandemia sanitária de proporções mundiais”, finaliza.

Moradores do Duarte da Silveira ainda aguardam por obras na rua

Wellington Daniel

Quem passa pela Rua Duarte da Silveira já até se acostumou com a interdição do trecho próximo a Polycart e a antiga Fagan. Esta parte da via está afundando e até agora nenhuma obra foi feita. Até mesmo a sinalização da interdição já está desgastada. A espera pelas intervenções já supera dois anos.

As primeiras reclamações chegaram ao Diário em julho de 2018. Após, em março de 2019, a interdição foi realizada. Na edição do dia 27 de fevereiro, uma outra matéria mostrando que nada foi feito. Na última matéria, no dia 31 de março, a Prefeitura respondeu, após o fechamento, que o projeto para obra de contenção estava pronto e o processo de licitação iniciado.

Uma moradora, que prefere não se identificar, passa por ali todos os dias no caminho de casa, relata que percebe que o trecho está afundando mais.



APENAS A interdição foi feita há mais de dois anos, mas as intervenções não chegaram a ser realizadas

“A calçada e um trecho da rua estão fundos, ou seja, daqui a pouco vai cair. Chegaram a colocar uma faixa de interdição, mas não adianta. Ali passa veículos pesados, é preciso que haja uma solução”, explicou na matéria do mês passado.

A Rua Duarte da Silveira é uma das principais na região do Bingen, com acesso a várias comunidades. Além dos moradores, o trecho também é utilizado por diversas indústrias instaladas na localidade. Por ali, também é possível ter acesso a BR-040.

Procurada ontem (27) novamente, com questionamentos sobre a demora das obras e o acompanhamento das interdições, a Prefeitura não respondeu até o fechamento. O Diário retorna ao tema na edição do dia 20 de maio, para saber o que foi resolvido.

Proposta para afixação de placas em braille nos logradouros é aprovada

Na sessão plenária desta terça-feira (27) a Câmara Municipal aprovou uma Indicação Legislativa de autoria da Vereadora Gilda Betriz (PSD), dispoendo sobre afixação de placas informa-

tivas em braille, no início dos logradouros públicos, a fim de garantir acessibilidade para as pessoas com deficiência visual.

“Infelizmente, nosso município carece quando

falamos em políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência, principalmente nas vias públicas. Essa indicação trará mais autonomia às pessoas com deficiência visual”, destaca

a Vereadora.

Após ser aprovada no plenário da Câmara Municipal, a proposta segue para a Prefeitura, que poderá apresentar a medida em forma de projeto de Lei.

Pessoas aglomeradas e sem vagas de estacionamento no Centro de Saúde

Renata Almeida – especial para o Diário

A equipe do Diário recebeu nesta segunda-feira (26/04), uma reclamação sobre o atendimento e sobre a falta de vagas para os usuários, no Centro de Saúde, na Rua Santos Dumont. O local funciona com consultas médicas, vacinação e outros tipos de suporte de saúde para a população. Segundo o denunciante,

que preferiu não ser identificado na matéria, na manhã desta segunda, várias pessoas ficaram aglomeradas em uma parte da unidade, colocando todos em risco de contaminação.

“Eu não entendi o que houve que resolveram atender todo mundo em um ponto só. Antes as vacinas eram aplicadas nas salas das laterais e nos fundos da casa. Hoje estão todos aglomera-

dos emolados em um lugar só”, contou.

Ainda de acordo com a reclamação, o local não possui vagas de estacionamento para os usuários, apenas para os funcionários. “As gestantes chegam, as mães com crianças e não conseguem estacionar, porque as vagas estão todas destinadas para os funcionários do Centro de Saúde. Nunca tem onde

parar”, reclamou.

Nossa equipe entrou em contato com a assessoria de comunicação da Prefeitura de Petrópolis para saber se houve alguma mudança no protocolo de atendimento e para saber quantas vagas de estacionamento são destinadas aos funcionários e aos usuários da unidade. Porém, até o fechamento desta edição, não obtivemos resposta.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 28/04/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

EDITAL CPI Nº 01/2021

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar superfaturamentos nas aquisições de insumos durante a gestão do Poder Executivo, entre os anos de 2017 e 2020, e demais assuntos relacionados à pandemia de Covid 19, formulada através do Requerimento CMP nº 2570/2021 e constituída por meio do ATO ME-LEG 002/2021, venho,

pelo presente, CONVOCAR os demais membros desta Comissão, conforme disposto no art. 43, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, para a primeira reunião ordinária da mesma, a ser realizada no dia 29 de abril de 2021 (quinta-feira), às 11h30, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Petrópolis. Petrópolis, 27 de abril de 2021. Dr. Mauro Peralta Presidente da CPI